

Governo paga juros aos credores

GAZETA MERCANTIL 7 AGO, 1985 *Economia Brasil*

com aumento da dívida interna

por Cláudia Safdie
de Brasília

O cenário econômico do País, visto pelas contas do governo, está apresentando uma situação senão grave, no mínimo intrigante. Em última análise, o governo brasileiro está pagando os juros da dívida externa com a colocação de títulos públicos de curto prazo.

Essa realidade pode ser constatada pela leitura do documento sobre desempenho da política monetária de janeiro a julho, divulgado pelo Banco Central (BC). Nesse período, as contas externas foram responsáveis por operações no montante de Cr\$ 22,1 trilhões. Estas são operações de compra de cambiais dos exportadores, com as quais o governo salda a conta de juros externa. Simultaneamente, colocou títulos públicos no mercado aberto — também no valor de aproximadamente Cr\$ 22 trilhões, enxugando os cruzeiros recebidos pelos exportadores e, com eles, financiando despesas do orçamento monetário.

Esses demonstrativos trazem à tona a questão de fundo do déficit do setor público: o diagnóstico da Seplan de que é um déficit predominantemente financeiro. Uma outra forma de ver esse diagnóstico é a seguinte: até agora, pelos dados dos sete meses do ano, houve um superávit de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões nas contas fiscais do governo, medidas pelos orçamentos das empresas estatais e da União.

INSUFICIENTE

Esse superávit é totalmente insuficiente para cobrir os gastos previstos com os juros internos — de algo semelhante a US\$ 3,7 bilhões — e mais US\$ 8 bilhões de juros da dívida externa. Permanece, portanto, um rombo de US\$ 9,2 bilhões (ou de cerca de Cr\$ 60 trilhões). "Buraco" este

que, financiado parcialmente pela dívida pública, realimenta o déficit do setor público.

Existiriam, portanto, dois caminhos: ou aumentar brutalmente o superávit fiscal (visto de modo consolidado), elevando impostos e cortando gastos — trilhando, assim, um caminho recessivo que ninguém deseja, ou, senão, atacar de frente o foco financeiro do déficit, através de uma política de redução das taxas de juros internas.

CONTROVERIA

Este permanece sendo o ponto de controvérsia entre o Ministério do Planejamento e o da Fazenda. Embora a ascensão de Luiz Paulo Rosenberg, assessor especial do presidente da República, tenha servido para "administrar as tensões" entre a Seplan e o Ministério da Fazenda, esta questão, que, no momento, parece obscurecida, ameaça criar sérios problemas nos próximos meses, estrangulando a própria capacidade de crescimento econômico do setor privado, base de sustentação do projeto de crescimento do presidente Sarney.

As estatísticas oficiais mostram que as contas fiscais estão sendo bem administradas, como sustenta um assessor qualificado do governo. Tanto que nos sete meses do ano foram transferidos Cr\$ 13,8 trilhões de superávit do Tesouro para cobrir os gastos com subsídios, Previdência Social e Aquisições do Governo Federal (AGF). No mesmo período, foram emitidos Cr\$ 8,7 trilhões de base monetária para cobrir o equivalente a gastos em operações financeiras (Finex, preços mínimos etc...).

Detecta-se, aí, o que uma outra categorizada fonte oficial chama de "síndrome de deficiência imunológica do governo federal, que está atendendo a todas as demandas". Isso, somado ainda ao peso da folha de pagamento do governo — estimada em mais de Cr\$ 42 trilhões neste ano —, compromete a geração de superávits do Tesouro Nacional nos próximos meses, pressionando ainda mais a colocação de títulos e, portanto, as taxas de juros internas. Paralelamente a esses riscos, a que fontes do governo estão alertan-

Fundo Monetário Internacional (FMI). Nos sete meses do ano, acumula-se um déficit de caixa de mais de Cr\$ 31 trilhões, e as presões em curso indicariam que o déficit de caixa potencial é hoje superior aos Cr\$ 108,8 trilhões calculados pelo governo recentemente. Nada indica que este déficit poderá ser zerado neste ano, como imaginaram alguns técnicos oficiais, e há poucas chances de se montar um acordo com o FMI ainda nestes próximos meses de 1985.

Essas incertezas estão colocadas na mesa dos assessores oficiais que comandam a política econômica do governo, aliada ainda a uma possibilidade de crescimento da taxa de inflação a partir deste mês. O acordo tácito entre a Seplan e a Fazenda de não acirrar um debate que venha a público não significa que as controvérsias foram resolvidas e que a gestão econômica será tranquila nos últimos meses do ano.

DINHEIRO

NOVO

Se não há um perfeito acordo na administração da economia interna, também ainda não existe um

consenso dentro do governo sobre como conduzir a renegociação da dívida externa junto aos bancos privados credores do País. A Seplan continua defendendo a necessidade de dinheiro novo para sustentar o crescimento econômico e, de certa forma, financiar o déficit público no seu lado financeiro. Será possível transcorrer 1985 sem turbulências na área externa, e essa tranquilidade pode durar enquanto a balança comercial for favorável.

Aliás, segundo as fontes oficiais, foi da maior importância a visita do presidente do Conselho de Administração do Citibank, John Reed, ao presidente Sarney, na última segunda-feira, que tranquilizou o governo brasileiro na manutenção das linhas de curto prazo (interbancárias e comercial) dos bancos estrangeiros nos bancos brasileiros no exterior. Isso deixa a Nova República com uma posição bem mais confortável para negociar a dívida externa. O problema do "dinheiro novo", porém, será um complicador nas negociações, mesmo que apenas se desenvolva no ano que vem.

do, coloca-se também a postura do BC de encurtar os prazos da dívida interna pela colocação volumosa de Letras do Tesouro Nacional com vencimento de 35 dias. "Hoje, um terço da dívida interna está com vencimento no mês seguinte, e, para o próximo ano, estima-se gastos de Cr\$ 90 trilhões apenas com encargos da dívida", informou uma das fontes consultadas por este jornal.

FRAGIL

O governo mostra-se frágil para administrar o programa de austeridade de gastos, que deveria ser implementado independentemente das exigências do